



Poly-Vac S.A. Indústria e Comércio de Embalagens

CNPJ/MF nº 43.655.612/0001-25

Mensagem da Administração

Apresentamos, os resultados alcançados em 2025, mesmo com uma queda na receita, retemos uma caixa maior em função de créditos tributários obtidos em anos anteriores e compensados até 2025, apesar da queda na receita conquistamos novos clientes e melhoramos nossa geração de caixa nos últimos dois exercícios sociais, o que nos potencializa a um futuro promissor e com fortes resultados. Buscamos sempre o crescimento, mantendo a qualidade dos nossos produtos e o foco em não dependente de empréstimos e financiamentos com instituições financeiras. Em 2025, a conquista se dá a melhor geração de caixa, considerando a redução dos prazos de recebimentos, o que já equalizamos no decorrer dos dois últimos anos e será acompanhado para mantermos a alavancagem em níveis baixos, como determina nossa política interna. Como política de gerenciamento financeiro, a Companhia não possui qualquer dívida financeira com instituições financeiras. Permanecemos engajados e certos de que a prática de sustentabilidade é determinante ao nosso desenvolvimento, por isso, investiremos cada vez mais na construção de um ambiente inclusivo, ético e ambientalmente sustentável. Dessa forma, buscaremos melhorias contínuas na qualidade de vida de todos os envolvidos no nosso negócio, alinhados com lucros, propósitos e transparência. **Governança Corporativa** Em consonância com a visão de ser uma Companhia líder

Balancos patrimoniais em 31/12/2025 e 2024 - Em Milhares Reais

Ativos	Notas	2025	2024
Circulante			
Caixa e equivalente de caixa	7	74.236	65.213
Contas a receber de clientes	8	22.288	48.822
Estoques	9	8.922	13.943
Impostos a recuperar	10	2.028	1.103
Despesas antecipadas		188	176
Outras contas a receber		2.842	1.680
Total do ativo circulante		110.504	130.937
Não circulante			
Depósito judicial	11	26.566	13.660
Impostos a recuperar	10	187	310
		26.753	13.970
Imobilizado	12	31.574	38.811
		31.574	38.811
Total do ativo não circulante		58.327	52.781
Total do ativo		168.831	183.718
Passivo e patrimônio líquido			
Circulante			
Fornecedores	13	10.658	14.625
Obrigações sociais	14	1.167	1.966
Impostos, taxas e contribuições	15	1.257	1.659
Imposto de renda e contribuição social a pagar	16.a	-	-
Dividendos e Juros sobre capital próprio a pagar	25	34.939	19.942
Passivo de arrendamento	12.1	5.622	5.318
Outras obrigações		-	64
Total do passivo circulante		53.643	43.574
Não circulante			
Provisão para contingências	17	758	496
Passivo de arrendamento	12.1	23.702	28.765
Passivo fiscal diferido		6.957	6.556
Total do passivo não circulante		31.417	35.817
Patrimônio líquido			
Capital social	18.a	45.164	45.164
Reserva legal	18.b	2.708	2.358
Reserva de lucros	18.d	35.899	56.805
		83.771	104.327
Total do passivo e patrimônio líquido		168.831	183.718

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis - Exercícios findos em 31/12/2025 e 2024 (Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma indicado)

Contexto operacional - A Poly-Vac S.A. Indústria e Comércio de Embalagens ("Companhia") foi fundada em 1973, tornando-se uma Sociedade Anônima de capital fechado, situada à Av. das Nações Unidas, 21.313, que produz embalagens rígidas. A Poly-Vac iniciou no Brasil, com tecnologia própria, a fabricação de embalagens termo formadas em polipropileno, tornando-se a primeira Companhia em nível mundial neste segmento. Entre as líderes de mercado, a Poly-Vac atende as principais indústrias alimentícias e redes de fast food do País, sendo suas embalagens largamente utilizadas no envase de margarina, tempero, água mineral, suco, sorvete, doces em geral, iogurte, queijo, requeijão, manteiga, creme de leite, maionese, pipoca, goiabada, sabão em pasta e cosméticos. Também produz bases para ovos de Páscoa e copos descartáveis. Destacam-se, também, os copos descartáveis de polipropileno, amplamente utilizados nos post-mix dos fabricantes de refrigerantes e cervejas e nas redes de fast food. **Continuidade operacional** - A Administração da Companhia tem realizado todo seu planejamento e ações visando a perenidade de seus negócios, dessa forma avalia que possui condições de disponibilizar todos os recursos para continuidade de suas operações. A Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza relevante que possa gerar dúvidas sobre a continuidade operacional da Companhia, sendo assim as demonstrações contábeis foram elaboradas levando em conta esse pressuposto. **2. Base de preparação - Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC)** - As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas contábeis emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão. A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pela Diretoria em 02 de abril de 2026. **3. Moeda funcional e moeda de apresentação** - Estas demonstrações contábeis estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **4. Uso de estimativas e julgamentos** - Na preparação destas demonstrações contábeis, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. **a. Incertezas sobre premissas e estimativas** As informações sobre as incertezas sobre premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 estão incluídas nas seguintes notas explicativas: **• Nota Explicativa nº 8, 9 e 12** - teste de redução ao valor recuperável: principais premissas subjacentes dos valores recuperáveis; **• Nota Explicativa nº 17** - reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos. **Mensuração do valor justo** Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros. Questões significativas de avaliação são reportadas para a Administração da Companhia. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Empresa usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: **• Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos; **• Nível 2:** inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); **• Nível 3:** inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na seguinte nota explicativa: **• Nota Explicativa nº 23 - Instrumentos financeiros.** **5. Base de mensuração** - As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico. **6. Políticas contábeis materiais** - A Companhia aplicou as políticas contábeis materiais descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis. **a. Receita operacional** - A receita operacional da venda de bens no curso

em seu mercado, a Poly-Vac elabora e apresenta suas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas introduzidas pelos pronunciamentos, orientações e interpretações técnicas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). A Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com as Demonstrações Contábeis relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 e com a opinião expressa no Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis. **Agradecimentos** - O ano de 2025 foi de muito trabalho, chegaram novos clientes e mantivemos os clientes recorrentes, mantivemos geração de caixa nos últimos dois exercícios sociais, alcançamos bons resultados graças ao esforço de cada um dos 338 colaboradores diretos e 70 indiretos. Deixo a minha gratidão a todos, pelo comprometimento, empenho e dedicação demonstrado a Companhia nesse exercício. Por fim, agradeço nossos clientes, fornecedores, instituições financeiras e a todos pela confiança e parceria. **Michela Brígida Aripoll** - Presidente da Poly-Vac.

Destques Financeiros e Operacionais - 2025.

Receita líquida - houve uma queda de 30,1% em 2025 quando comparado a 2024; **Investimentos** - na ordem de R\$ 0,5 milhões em 2025 para novas máquinas, mantendo uma média de investimento CAPEX em R\$ 2,5 milhões; **Alavancagem** - da Companhia é negativa, devido ao valor de caixa e equivalentes de caixa ser superior ao valor do passivo de dívida (atualmente somente dívida com arrendamentos), em 2025 foi de -5,8x e em 2024 foi de -2,0x, medida pela dívida líquida/EBITDA, alinhado com uma política de baixo endividamento da Companhia; **Contas a receber** - com a queda na receita houve redução na posição do contas a receber, mas isso também se deve à melhora no prazo médio de recebimento, que em 2025 foi de 58 dias e em 2024 foi de 88 dias, mantendo nossa disciplina financeira e realizando rigorosas práticas de análise de créditos, que evitam risco de perda;

Destques financeiros (R\$ Milhões)

	2025	2024	A/A
Receita bruta	180,4	257,8	-30,0%
Receita líquida	139,4	199,3	-30,1%
Lucro líquido	7,0	10,5	-33,3%
EBITDA	-7,8	15,7	-149,7%
Margem líquida*	-5,6%	7,9%	-13,5 p.p.

* Calculado sobre a receita líquida

Reconciliação do EBITDA (R\$ Milhões)

	2025	2024	A/A
Lucro líquido do exercício	7,0	10,5	-33,3%
Resultado financeiro	(22,9)	(5,6)	308,9%
Imposto de renda e contribuição social	0,4	3,4	-88,2%

Reconciliação do EBITDA (R\$ Milhões)

	2025	2024	A/A
EBITDA	-7,8	15,7	-149,7%
Depreciação e amortização	7,7	7,4	4,1%
EBITDA	-0,1	15,7	-149,7%

ROIC LTM (R\$ Milhões)

	2025	2024	A/A
Receita líquida	139,4	199,3	-30,1%
Lucro bruto	13,2	36,9	-64,2%
(-) Despesas gerais, administrativas e comerciais	(27,2)	(26,5)	2,6%
(+/-) Outras receitas/(despesas) operacionais, líquidas	(1,5)	(2,1)	-28,6%
EBIT	(15,5)	8,3	-286,7%
(+/-) Impostos (considera alíquota efetiva)	(0,4)	(3,4)	-88,2%
(=) Lucro operacional líquido menos impostos	(15,9)	4,9	-424,5%
(=) Capital Investido (Patrimônio líquido + dívida)	113,1	133,4	-15,2%
ROIC	-14,1%	3,7%	-17,8 p.p.

Indicadores de alavancagem (R\$ Milhões)

	2025	2024	A/A
Dívida líquida*	-44,9	-31,1	44,4%
EBITDA	-7,8	15,7	-149,7%
Dívida líquida / EBITDA	-5,8x	-2,0x	190,6%

Demonstrações do resultado - Exercícios findos em 31/12/2025 e 2024 - Em Milhares Reais

	Notas	2025	2024
Receita operacional líquida	19	139.382	199.312
Custo dos produtos vendidos		(126.174)	(162.420)
Lucro bruto		13.208	36.892
Despesas de vendas	20	(14.313)	(14.900)
Despesas gerais e administrativas	21	(12.784)	(11.495)
Honorários dos administradores		(98)	(93)
Outras (despesas)/receitas operacionais		(1.540)	(2.109)
Lucro antes do resultado financeiro líquido e dos tributos		(5.527)	8.295
Receitas financeiras	22	24.895	7.871
Despesas financeiras	22	(1.977)	(2.262)
Resultado financeiro líquido		22.918	5.609
Lucro antes do IRPJ e CSLL		7.391	13.904
IRPJ e CSLL - Corrente	16.b	-	(2.924)
IRPJ e CSLL - Diferido		(400)	(498)
Lucro líquido do exercício		6.991	10.482
Resultado por ação		0,05	0,08
Lucro básico/diluído por ação (R\$)		0,05	0,08

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

res contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não o imposto de renda e contribuição social diferidos, são revisados a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado. As perdas de valor recuperável são revertidas somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. **j. Provisões** - Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. Provisões para contingências relacionadas a processos trabalhistas, fiscais e cíveis, nas instâncias administrativas e judiciais, são reconhecidas com base nas opiniões dos assessores jurídicos e nas melhores estimativas da Administração da Companhia sobre o provável resultado dos processos pendentes na data do balanço. **k. Distribuição de dividendos** - As distribuições de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia são feitas com base na participação em termos percentuais e são reconhecidas como um passivo nas demonstrações contábeis ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas em Assembleia Geral. **l. Juros sobre o capital próprio** - De acordo com a faculdade prevista na Lei nº 9.249/95, a Companhia calculou juros sobre o capital próprio com base na Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) vigente no exercício, os quais são contabilizados em despesas financeiras, conforme requerido pela legislação fiscal. Para efeito dessas demonstrações contábeis, esses juros foram eliminados das despesas financeiras do exercício e estão sendo apresentados na conta de lucros acumulados. O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício são reduzidos dos Juros Sobre Capital Próprio, em decorrência da dedução desses impostos pelos Juros sobre o capital próprio creditados aos acionistas. **m. Novas normas, alterações e interpretações Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2025** - As novas normas IFRS somente serão aplicadas no Brasil após a emissão das respectivas normas em português pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovação pelo Conselho Federal de Contabilidade. **Alteração da Norma IAS 21/CP 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis:** esclarece aspectos relacionados ao tratamento contábil e divulgação quando uma moeda tiver falta de conversibilidade em outra moeda. Esta alteração na norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1º de janeiro de 2025. A alteração não acarretou em impactos para a Companhia, por três razões principais: i) a Companhia não opera em ambientes com restrições cambiais relevantes; ii) a Companhia não mantém operações no exterior ou estruturas societárias que dependam de conversão complexa de demonstrações contábeis; e iii) Nossos fluxos financeiros e transações em moedas estrangeiras já seguem práticas compatíveis com o tratamento previsto pela norma. **Orientação Técnica CP 10 - Créditos de Carbono (tCO2e). Permissões de emissão (allowances) e Crédito de Descarbonização (CBO):** Esta Orientação trata dos critérios contábeis de reconhecimento, mensuração e evidenciação dos eventos econômicos relacionados à participação ou atuação de Companhias em mercados computacionais ou voluntários de créditos de carbono (tCO2e) (comumente chamados de mercados de créditos de carbono), permissões de emissão (allowances) e créditos de descarbonização (CBO). A Companhia precisou avaliar, dentre as abordagens aceitáveis para contabilizar operações de negociação de créditos de carbono, qual é a mais adequada no contexto de seu negócio e divulgar tal definição na seção de políticas contábeis, pois julgamos que esta informação é importante para uma apropriada interpretação das demonstrações contábeis por parte de seus usuários. Esta alteração na norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1º de janeiro de 2025. A Companhia avaliou as suas políticas contábeis no contexto da referida Orientação e identificou a necessidade de ajustes nas suas demonstrações contábeis. **Novas normas, revisões e interpretações emitidas que ainda não entram em vigor em 31 de dezembro de 2025 Alterações à classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações às IFRS 9 e IFRS 7):** esclarece aspectos relacionados ao tratamento contábil de desreconhecimento de passivos financeiros, classificação de ativos financeiros e divulgações relacionadas. Esta alteração na norma é efetiva para exercícios que se iniciam em /ou após 1º de janeiro de 2026. A Companhia está avaliando os impactos em suas Demonstrações Contábeis da adoção desta alteração nas normas. **Alteração das normas IFRS 9 e IFRS 7:** Contratos que fazem referência à eletricidade dependente da natureza. Esclarece aspectos relacionados a aplicação e divulgação de contratos de compra e venda expostos a variação na geração de eletricidade dependente de condições naturais não controláveis e instrumentos financeiros relacionados. Esta alteração nas normas é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2026. A Companhia não espera impactos significativos nas suas Demonstrações Contábeis. **Emissão da Norma IFRS 18 - Apresentação e divulgação das demonstrações contábeis:** esta nova norma contábil substituirá o IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Contábeis, introduzindo novos requisitos que ajudarão a alcançar a comparabilidade do desempenho financeiro de entidades semelhantes e fornecerão informações mais relevantes e transparentes aos usuários. Embora o IFRS 18 não tenha impacto no reconhecimento ou mensuração de itens nas demonstrações contábeis, espera-se que seus impactos na apresentação e divulgação sejam generalizados, em particular aqueles relacionados à demonstração do desempenho financeiro e ao fornecimento de medidas de desempenho definidas pela administração dentro das demonstrações contábeis. Esta norma

Reserva de Lucros

	2025	2024
Reserva Legal	2.708	2.358
Reserva de Lucros	35.899	56.805
Total	38.607	59.163

Reserva de Lucros

	2025	2024
Reserva Legal	2.708	2.358
Reserva de Lucros	35.899	56.805
Total	38.607	59.163

Reserva de Lucros

	2025	2024
Reserva Legal	2.708	2.358
Reserva de Lucros	35.899	56.805
Total	38.607	59.163



Continuação - Poly-Vac S.A. Indústria e Comércio de Embalagens é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2027. A Companhia está avaliando os impactos em suas Demonstrações Contábeis da adoção desta norma: Emissão da Norma IFRS 19 - Subsidiárias sem Obrigação Pública de Prestação de Contas - Divulgações: esta nova norma permite que certas subsidiárias elegíveis de entidades controladoras que reportam sob IFRS apliquem requisitos de divulgação reduzidos. Esta norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2027. A Companhia não espera impactos significativos nas suas Demonstrações Contábeis; Melhorias anuais nas normas IFRS: efetua alterações nas normas IFRS 1, abordando aspectos de primeira adoção relacionados a contabilidade de hedge; IFRS 7, abordando aspectos de ganhos e perdas na reversão de um instrumento financeiro, divulgações de risco de crédito e diferença entre valor justo e preço da transação; IFRS 9, abordando aspectos relacionados a reversão de passivos de arrendamento mercantil e preço de transação; IFRS 10, abordando a determinação do "de facto agent" e IAS 7, abordando aspectos relacionados ao método de custo. Estas alterações são efetivas para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2026. A Companhia não espera impactos significativos nas suas Demonstrações Contábeis. A Administração da Companhia está avaliando os impactos práticos que tais itens possam ter em suas demonstrações contábeis, na medida que os normativos estiverem regulamentados pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovado pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). n. Impactos da Reforma Tributária Reforma tributária do consumo (LC 214/2025) - A Emenda Constitucional nº 132/2023, promulgada em 20 de dezembro de 2023, promoveu a reforma do sistema de tributação sobre o consumo no Brasil, conhecida como "Reforma Tributária". O novo sistema composto por dois tributos (IBS e CBS) sucederá cinco tributos atuais (PIS, COFINS, ICMS, ISS e IPI). Em 16 de janeiro de 2025, foi sancionada a Lei Complementar (LC) nº 214/2025, que regulamentou e operacionalizou os novos tributos sobre o consumo, notadamente o imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS), detalhando fatos geradores, bases de cálculo, regimes e governança (inclusive o Comitê Gestor do IBS). Principais Substitutos e Mudanças: CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços): Contribuição de âmbito Federal que substituirá o PIS e COFINS. Vigência a partir de 2027, com período de teste durante 2026, ocasião em que será destacado percentual nos documentos fiscais; IBS (Imposto sobre Bens e Serviços): Imposto de âmbito estadual e municipal que substituirá o ICMS e ISS. Vigência gradual a partir de 2027 com implementação plena a partir de 2033; Imposto Seletivo (IS): Novo tributo que tem como foco desestimular o consumo de itens prejudiciais à saúde e ao meio ambiente (cigarros, bebidas alcoólicas, carros poluentes). A vigência do IS será a partir de 2027; Manutenção Restrita do IPI: O IPI inicialmente não será totalmente extinto, continuando a incidir de forma restrita sobre produtos industrializados na Zona Franca de Manaus. A partir de 2033, esse imposto será extinto. Reforma de incentivos e benefícios fiscais (LC 224/2025) A Lei Complementar nº 224/2025, de 26 de dezembro de 2025, dispõe sobre a redução e critérios de concessão de incentivos e benefícios de natureza tributária, financeira ou creditícia, concedidos exclusivamente pela União Federal e aplicáveis ao IRPJ, CSLL, PIS, COFINS, IPI, II e Contribuição Previdenciária Patronal. De modo sucinto, temos: Critérios mais restritivos para concessão, ampliação e prorrogação de benefícios e incentivos; Redução linear de 10% dos benefícios fiscais; Alteração nas tributações de Fintechs, Juros sobre Capital Próprio e Bets; Estabelece regras de responsabilidade solidária no recolhimento de tributos sobre apostas de quota fixa (bets). Avaliação de impacto A Companhia avaliou os possíveis impactos da LC 214/2025 e LC 224/2025 para a data-base de 31 de dezembro de 2025 e não identificou impactos nas suas principais premissas conforme divulgado nas notas explicativas nº 8 sobre PECLD de contas a receber, nº 9 impostos a recuperar, nº 2.7 sobre a vida útil do ativo imobilizado e nº 16 sobre provisões para contingências. A Companhia atendeu aos testes em ambiente de homologação e produção para destaque do IBS e CBS nos documentos fiscais a serem emitidos a partir de 2026. A Companhia mantém controle dos termos de benefícios fiscais e tem ciência de que deverão ser informados em ambiente e-Cac para comprovação de sua onerosidade e, futuramente, elegíveis para recebimento de recursos do Fundo de Compensação. A Companhia reconhece a obrigatoriedade de entregar a DERE, novo documento fiscal instituído para viabilizar a apuração do IBS e da CBS, considerando as particularidades de setores cuja aferição não segue exclusivamente a sistemática padrão de débito e crédito. Essa declaração atende situações em que a base de cálculo do tributo não corresponde ao preço da operação, mas depende de apurações complexas envolvendo margens e controles específicos de deduções. A Companhia não possui Ativo Fiscal Diferido sobre prejuízo fiscal e diferenças temporárias, não tem ágio de combinação de negócios e nem outros intangíveis com vida útil indeterminada cujas premissas teriam impacto das alterações trazidas pela LC 214/2025 e LC 224/2025 nas projeções para teste de realização dos referidos ativos. A Companhia não espera alterações no seu modelo de negócios em resposta aos impactos da LC 215/2025 e LC 224/2025 que requeirerem uma mudança na forma esperada de utilização de seus ativos fixos e investimentos, embora esperar impactos na geração de caixa e lucros futuros. 7. Caixa e equivalentes de caixa 2025 2024 Caixa e bancos 670 687 Aplicações financeiras 73.566 64.526 Total 74.236 65.213 Os saldos de caixa e banco conta movimento são representados, principalmente, por contas-correntes mantidas em instituições financeiras nacionais de primeira linha. As aplicações financeiras são realizadas com instituições financeiras nacionais de primeira linha e refletem as condições usuais de mercado, as datas dos balanços estão substancialmente compostas por aplicações em cotas de fundos de investimento referenciados em títulos de renda fixa remunerados a taxa média de 100,22% para o ano de 2025 (102,09% para o ano de 2024) do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). 8. Contas a receber de clientes - 2025 2024 Nacionais 22.178 47.938 Estrangeiros 110 884 Total 22.288 48.822 As contas a receber de clientes correspondem aos valores oriundos das vendas de mercadorias aos clientes no decorrer normal das atividades da Companhia. Composição por idade de vencimento - Em 31 de dezembro de 2025 existiam valores vencidos registrados na rubrica de contas a receber de clientes. A análise do vencimento desses valores a receber é a seguinte: 2025 2024 Títulos a vencer 22.037 47.579 Títulos vencidos até 30 dias 75 405 Títulos vencidos de 31 a 90 dias 92 - Títulos vencidos acima de 181 dias 84 838 Total 22.288 48.822 Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 não foi identificada pela administração a necessidade de constituição de provisão para perda esperada com créditos de liquidação duvidosa. A Companhia possui controle razoável sobre a avaliação da PECLD, não havendo necessidade de provisão para a posição de 31 de dezembro de 2025. 9. Estoques - 2025 2024 Produtos em processo 1.188 4.435 Matérias-primas 4.237 4.561 Almoxxariados 1.086 1.630 Produtos acabados 963 2.519 Materiais auxiliares e embalagens 1.448 798 Total 8.922 13.943 A Companhia não possui provisão para perda nos estoques para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025. 10. Impostos a recuperar - 2025 2024 IPI a recuperar 107 465 IRPJ e CSLL a compensar 1.921 638 ICMS a recuperar 187 310 Total 2.215 1.413 Ativo circulante 2.028 1.103 Ativo não circulante 187 310 Total 2.215 1.413 11. Depósitos judiciais - 2025 2024 Depósitos judiciais - COFINS (*) 26.566 13.660 Bloqueio judicial trabalhistas - - Total 26.566 13.660 (*) A Companhia efetuou depósitos judiciais da COFINS judicialmente, que corresponde ao período de dezembro de 2006 a junho de 2021, correspondente ao montante de R\$ 18.553, e está no aguardo da decisão do

juízo com relação ao valor que terá direito a restituir, isso decorre de que em 2006, a Companhia entrou com mandado de segurança visando a exclusão do ICMS da base de cálculo da COFINS, sendo autorizada em juízo a recolher as diferenças entre o cálculo da Companhia e o cálculo conforme regime fiscal. Devido a decisão do STF, modulando a forma de cálculo da exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS, a Companhia reverteu a provisão para riscos fiscais que havia provisionado contra o resultado do exercício, efetuando o registro do passivo fiscal diferido sobre o valor, e atualmente espera a liberação dos valores depositados judicialmente. 12. Imobilizado - 2025 2024 Taxa depreciação (%a.a) Custo Depreciação Acumulada Líquido Líquido Máquinas, equipamentos e instalações 10 a 20 59.199 (55.370) 3.829 5.007 Móveis e utensílios 10 1.273 (1.253) 20 22 Ativo de direito de uso de veículos 10 48.440 (26.001) 22.439 28.376 Veículos 20 2.263 (1.052) 1.211 1.331 Outros 4.075 - 4.075 4.075 Total 115.250 (83.676) 31.574 38.811 O ativo imobilizado da Companhia está integralmente localizado no Brasil e é empregado exclusivamente nas atividades exercidas pela Companhia. A seguir, a movimentação do imobilizado em 2025 e 2024: 2024 2025 Saldo Adições Baixas Transfêrências Depreciações Saldo Saldo Depreciações Saldo Máquinas, equipamentos e instalações 3.908 84 - - (1.413) 2.579 4.424 Móveis e utensílios 44 2 - - (3) 41 1.234 Veículos 1.355 247 - - (368) 1.234 5.279 Outros 5.128 151 - - - 5.279 22.439 Ativo de direito de uso 28.376 - - - (5.937) 22.439 Total 38.811 484 - - (7.721) 31.574 Máquinas, equipamentos e instalações 3.976 1.503 - (229) (1.342) 3.908 Móveis e utensílios 48 - - - (4) 44 Veículos 658 863 - - (166) 5.128 Outros 4.683 216 - 229 - 5.128 Ativo de direito de uso 34.313 - - - (5.937) 28.376 Total 43.678 2.582 - - (7.449) 38.811 Revisão da vida útil - A Companhia avaliou a vida útil econômica de todos os itens que compõem seu ativo imobilizado e concluiu que não existem ajustes ou mudanças relevantes a serem reconhecidos em 31 de dezembro de 2025, uma vez que não ocorreu qualquer alteração nas estimativas e premissas adotadas no exercício anterior. Revisão do impairment - A Companhia não identificou indicadores de não recuperação para seu ativo imobilizado. 12.1. Direito de uso e passivo de arrendamento - Direito de uso - A Poly-Vac possui contratos de arrendamentos referentes a contratos de locação de imóveis, em que os riscos e benefícios da utilização permanecem com o arrendador. O reconhecimento está apresentado em conformidade com o CPC 06 (R2) - Arrendamentos. Em 31 de dezembro de 2025, o valor contábil referente ao direito de uso dos compromissos de arrendamentos registrados no ativo imobilizado como direito de uso era de R\$ 22.439. Passivo de arrendamento - As obrigações decorrentes de Arrendamentos a pagar, referentes à norma contábil CPC 06 (R2) - Arrendamentos, são alocadas a encargos financeiros e redução do passivo correspondente, refletindo em uma taxa de juros periódica e constante sobre o saldo remanescente do passivo. Em 31 de dezembro de 2025 a taxa média ponderada utilizada de desconto aplicada no reconhecimento dos contratos de arrendamentos foi de 6,39%. Os saldos de passivo circulante e não circulante estão demonstrados abaixo: 2025 2024 Passivo de arrendamento 34.094 40.801 Juros a apropriar - AVP (4.770) (6.718) Total 29.324 34.083 Passivo circulante 5.622 5.318 Passivo não circulante 23.702 28.765 Total 33.024 33.083 13. Fornecedores - 2025 2024 Fornecedores nacionais 10.441 14.408 Fornecedores estrangeiros 217 217 Total 10.658 14.625 A Companhia em 31 de dezembro de 2025 possuía fornecedores estrangeiros, o qual corresponde ao saldo convertido na Moeda Euro. Em 31 de dezembro 2025 a Companhia não possuía operações de "forfeiting" ou Risco Sacado. 14. Obrigações sociais - 2025 2024 Provisão para férias 142 142 INSS a recolher e provisões 440 915 Salários 462 494 FGTS a recolher 199 318 Outros 18 44 Empréstimo consignado 48 53 Total 1.167 1.966 15. Impostos, taxas e contribuições - 2025 2024 Base para o cálculo 406 559 IRRF a recolher 294 545 ICMS a recolher 345 445 9,07% a.a. (2024 - 7,43% a.a.) 71 95 Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF 126 19 Total 1.257 1.659 16. Imposto de Renda e Contribuição Social a pagar: 2025 2024 Imposto de Renda - - Contribuição Social - - Total - - Ao final da apuração dos exercícios de 2025 e 2024 a Companhia não teve saldo a pagar, tendo efetuado durante os exercícios. b. Reconciliação da taxa efetiva: Lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social 7.391 13.904 Adições: Provisão para contingências trabalhistas 262 65 Despesas não dedutíveis 29 26 Desp.com juros arrendamento 1.948 2.234 Depreciação arrendamento Direito e Uso 5.937 5.937 Outros 1.031 1.656 Baixa cliente PELCS - limite excedido 87 Excluídos: Juros sobre capital próprio (8.011) (6.938) Proc. Excl. ICMS BC PIS/COFINS (500) Ordenados salários (1.471) (1.350) Atualiz. Proc.Excl. ICMS BC PIS/COFINS (6.707) (6.707) Arrendamento Ajuste adequação (1.109) Outras despesas (1.113) Outras obrigações trabalhistas (1.113) Descontos e abatimentos (376) Despesas com exportação (104) Encargos sociais - FGTS (1.324) Encargos sociais - INSS (859) Títulos incobráveis 53 Feiras e Salões (2.130) Depreciação arrendamento (794) Total (2.924) Taxa efetiva 0,00% 33,1% 17. Provisão para riscos processuais (contingências) - A Companhia, no curso normal de suas atividades, está sujeita a processos judiciais de natureza tributária, trabalhista, cível e criminal. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas na mesma data, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para riscos

processuais. Em 31 de dezembro de 2025, está provisionado o montante de R\$ 758 (R\$ 495 em 31 de dezembro de 2024), o qual, na opinião da Administração, fundamentada na opinião de seus assessores legais em 31 de dezembro de 2025, é suficiente para fazer face às perdas esperadas com o desfecho dos processos em andamento, ainda assim foram recolhidos depósitos judiciais para a totalidade dos montantes. Depósitos judiciais 2025 2024 Trabalhista 758 496 ICMS sobre base de cálculo - - Total 758 496 Provisão para riscos processuais 2025 2024 Total (12.784) (11.495) 22. Resultado financeiro líquido - Receitas financeiras 2025 2024 Juros ativos 87 194 Outras receitas atualização monetária 14.966 - Rendimento sobre aplicações financeiras 10.044 6.353 Outras receitas financeiras (202) 1.324 Total 24.895 7.871 Despesas financeiras 2025 2024 Juros sobre arrendamento - CPC 06 (R2) (1.948) (2.233) Juros passivos - (4) Despesas bancárias e encargos financeiros (29) (25) Proc. PIS/COFINS estorno de Provisão (1.977) (2.262) Total 22.918 5.609 Resultado financeiro líquido 2025 2024 23. Instrumentos financeiros - A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: Risco de crédito; Risco de liquidez; Risco de mercado; Risco operacional. Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Companhia, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital da Companhia. a. Risco de crédito - Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente das contas a receber de clientes e de aplicações financeiras. O risco proveniente das contas a receber pode ser considerado baixo, uma vez que a carteira de clientes da Companhia é bem pulverizada. O risco de crédito é administrado por normas específicas de aceitação de clientes, análise de crédito e estabelecimento de limites de exposição por cliente. Historicamente a Companhia não possui histórico de perdas significativas. A Companhia realiza análise de crédito destinada a avaliar e propor limites de crédito a serem concedidos aos clientes. As diretrizes para aprovação e preservação do crédito são estabelecidas pela Gerência Financeira, sob a qual cada cliente tem sua capacidade de crédito individualmente analisada, utilizando-se fontes internas e externas. Estas diretrizes visam a permitir o acompanhamento da evolução do mercado e a capacidade financeira dos clientes e norteiam a Gerência Financeira e a Diretoria na avaliação e concessão deste crédito. Também, a Administração visando minimizar os riscos de créditos atrelados às instituições financeiras, procura diversificar suas operações em instituições de primeira linha. Exposição a riscos de crédito - O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco de crédito na data das demonstrações contábeis foi: 2025 2024 Caixa e equivalentes de caixa 74.236 65.213 Contas a receber de clientes 22.288 48.822 Outras contas a receber 1.732 1.680 Total 98.256 115.715 b. Risco de liquidez - O risco de liquidez representa a possibilidade de descasamento entre os vencimentos de ativos e passivos, o que pode resultar em incapacidade de cumprir com as obrigações nos prazos estabelecidos. A política geral da Companhia é manter níveis de liquidez adequados para garantir que possa cumprir com as obrigações presentes e futuras e aproveitar oportunidades comerciais à medida que surgirem. A Administração julga que a Companhia não tem risco alto de liquidez, considerando a sua estrutura de capital com baixa participação de capital de terceiros, uma vez que o prazo médio de recebimento da Companhia tem se mantido inferior a 108 dias e com incidência mínima de perda estimada com créditos de liquidação duvidosa, sendo que o prazo médio de pagamento a fornecedores é em torno de 31 dias. A Companhia não apresenta necessidade de captação de recursos bancários para capital de giro. A seguir, estão as maturidades contratuais de passivos financeiros: 2025 2024 De 1 a 12 meses Fornecedores 10.658 14.625 Juros sobre capital próprio a pagar 5.939 19.942 Outras obrigações (307) 64 Total 16.290 34.631 c. Risco de mercado - Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado - tais como as taxas de câmbio e taxas de juros - irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. O risco de mercado da Companhia em relação à taxa de câmbio é mínimo devido ao fato de que a maior parte do seu faturamento e aquisições estão concentrados no mercado nacional. A Companhia não possui dívidas financeiras associadas a taxas flutuantes, que podem majorar suas despesas financeiras no futuro. d. Risco operacional - Os riscos de processos trabalhistas não são significativos devido à adequada gestão utilizada pela Companhia e suas práticas éticas adotadas, tanto na contratação, como na manutenção e/ou demissão de funcionários. A Administração da Companhia estabelece controles para administrar o risco operacional e buscar eficiência na gestão dos custos, de forma a evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia. e. Valor justo Instrumentos financeiros derivativos - A Companhia não possui histórico de operações com instrumentos financeiros derivativos. A administração dos instrumentos financeiros é realizada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco, como também não efetua operações definidas como hedges exóticos. Instrumentos financeiros "não derivativos" - Para todas as operações, a Administração considera que o valor justo se equipara ao valor contábil, uma vez que para estas operações o valor contábil reflete o valor de liquidação naquela data. Desta forma, os valores contábeis registrados no balanço patrimonial referentes aos saldos de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, outros recebíveis, assim como contas a pagar e outras dívidas não divergem dos respectivos valores justos em 31 de dezembro de 2025 e 2024. A Companhia não possui nenhum ativo ou passivo na hierarquia do valor justo nos níveis 1, 2 e 3, todos os ativos e passivos financeiros são registrados pelo custo amortizado. Ativo Passivo financeiro financeiro ao custo ao Custo Amortizado Total Valor 31 de dezembro de 2025 -zado -zado Contábil Justo Caixa e equivalentes de caixa 74.236 - 74.236 74.236 Contas a receber de clientes 22.288 - 22.288 22.288 Outras contas a receber 1.732 - 1.732 1.732 Total 98.256 - 98.256 98.256 Passivo Fornecedores - (10.658) (10.658) (10.658) Juros sobre capital próprio a pagar - (5.939) (5.939) (5.939) Outras obrigações - 307 307 307 Total (16.290) (16.290) (16.290) Ativo Passivo financeiro financeiro ao custo ao Custo Amortizado Total Valor 31 de dezembro de 2024 -zado -zado Contábil Justo Caixa e equivalentes de caixa 65.213 - 65.213 65.213 Contas a receber de clientes 48.822 - 48.822 48.822 Outras contas a receber 1.680 - 1.680 1.680 Total 115.715 - 115.715 115.715 Fornecedores - (14.625) (14.625) (14.625) Juros sobre capital próprio a pagar - (19.942) (19.942) (19.942) Outras obrigações - (64) (64) (64) Total (34.631) (34.631) (34.631)

de R\$ 758 (R\$ 495 em 31 de dezembro de 2024), o qual, na opinião da Administração, fundamentada na opinião de seus assessores legais em 31 de dezembro de 2025, é suficiente para fazer face às perdas esperadas com o desfecho dos processos em andamento, ainda assim foram recolhidos depósitos judiciais para a totalidade dos montantes. Descrição 2025 2024 Trabalhista 758 496 ICMS sobre base de cálculo - - Total 758 496 As movimentações na provisão para riscos processuais são apresentadas a seguir: Descrição 2024 Adições Reversões 2025 2024 Trabalhista 496 262 - 758 496 2025 2024 ICMS sobre base de cálculo COFINS - - - - Total 496 262 - 758 496 A Companhia mensalmente calcula e adiciona a diferença na conta de provisão para riscos fiscais e efetua o recolhimento dos depósitos judiciais. Processos com probabilidade de perda possível - A Companhia possui processos nos quais a probabilidade de perda possível, sendo de natureza cível no montante de R\$ 15 (R\$ 1.515 em 31 de dezembro de 2024), de natureza trabalhista não havia montante de perda possível em 31 de dezembro de 2024, de natureza tributária no montante de R\$ 24 (R\$ 194 em 31 de dezembro de 2024) em 2025 de acordo com seus assessores jurídicos, foram classificadas como risco de perda possível, não cabendo efetuar a provisão. Decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre coisa julgada em matéria tributária - Em 08 de fevereiro de 2023 o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou os Temas 881 - Recursos Extraordinários nº 949.297 e 885 - Recurso Extraordinário nº 955.227. O Plenário do Supremo Tribunal Federal concluiu, por unanimidade, que decisões judiciais tomadas de forma definitiva "coisa julgada" a favor dos contribuintes perdem seus efeitos se, depois, o Supremo tiver entendimento diferente sobre o tema. Ou seja, se anos atrás uma empresa conseguiu autorização da Justiça para deixar de recolher algum tributo, essa permissão perderá a validade se, e quando, o STF entender em sentido contrário. A Administração avaliou com seus assessores jurídicos internos os possíveis impactos desta decisão do STF e concluiu que a decisão, baseada em avaliação da administração suportada por seus assessores jurídicos, e em consonância com o CPC 25/IAS 37 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e o CPC 24/IAS 10 Eventos Subsequentes, não resulta em impactos em suas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2025 e 2024. 18. Patrimônio líquido a. Capital social (Valor expresso em reais - O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 45.163.927, dividido em 129.224.067 ações ordinárias nominativas e (em 2024 foi de R\$ 45.163.927, dividido em 129.224.067 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal) totalmente subscrito e integralizado. Participação no capital social (%) 2025 2024 Acionistas Números de ações capital social (%) Michela Brígida Arippol 116.314.583 90,01 Denis Arippol Borenstein 12.909.484 9,99 Total 129.224.067 100 Em setembro de 2020, a Companhia efetuou a cisão parcial de ativos, reduzindo o capital social no montante de R\$ 23.088, que corresponde a redução na quantidade de 93.216.365 ações. A cisão foi efetuada com base em valores contábeis de registro. b. Reserva legal - Constituída na base de 5% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma da Lei, é destinada à manutenção da integridade do capital social. O saldo constituído até o momento está no limite de 20% em conformidade com a exigência da Lei nº 6.404/76. c. Juros sobre o capital próprio - Lei nº 9.249/95 - De acordo com a facultade prevista na Lei nº 9.249/95, a Companhia calculou juros sobre o capital próprio com base na Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) vigente no exercício de 2025, no montante de R\$ 8.011 (R\$ 6.938 em 31 de dezembro de 2024), os quais foram contabilizados em despesas financeiras, conforme requerido pela legislação fiscal. Para efeito dessas demonstrações contábeis, esses juros foram eliminados das despesas financeiras do exercício e estão sendo apresentados na conta de lucros acumulados. O estatuto social da Companhia determina a distribuição de dividendo mínimo obrigatório seja de 10% do resultado no exercício, ajustado na forma da lei, quando houver lucro no exercício. Dividendos adicionais podem ser distribuídos, desde que aprovado em ata. Em 2025 não houve dividendos, pois os Juros sobre o Capital Próprio superaram o percentual mínimo de 10% sobre o lucro do exercício. Os dividendos a pagar foram calculados conforme segue: Lucro líquido do exercício 6.991 (-) Reserva legal (350) Base de cálculo 6.641 Juros sobre o capital próprio 8.011 IRRF - Imposto de Renda Retido na Fonte = 15% (1.202) Juros sobre o capital próprio líquido de impostos 6.809 % dos Juros sobre o capital próprio sobre o lucro líquido do exercício 102,5% Os Juros sobre capital próprio foram destacados do patrimônio líquido no encerramento do exercício e registrados como obrigação no passivo. 2025 2024 Patrimônio líquido 104.327 117.286 Base para o cálculo 104.327 117.286 TJLP acumulada 2025 - 8.011 9,07% a.a. (2024 - 7,43% a.a.) 8.011 6.938 Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF (1.202) (1.041) Juros sobre capital próprio a pagar líquido de IRRF 6.809 5.897 d. Retenção de lucros - Conforme previsto no artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações, a Administração propõe ad referendum na Assembleia dos acionistas a destinação do saldo do lucro líquido do exercício, quando houver, após a destinação da reserva legal, dividendos e juros sobre o capital próprio. 20. Despesas de vendas - 2025 2024 - Fretes e carretos (4.964) (6.264) Comissões sobre vendas (2.430) (2.630) Ordenados salários (2.116) (2.062) Outras despesas (922) (748) Outras obrigações trabalhistas (841) (1.142) Descontos e abatimentos (376) (240) Despesas com exportação (104) (178) Encargos sociais - FGTS (173) (153) Encargos sociais - INSS (504) (485) Títulos incobráveis (1.043) (161) Feiras e Salões (3) - Depreciação arrendamento (837) (837) Total (14.313) (14.900) 21. Despesas gerais e administrativas - 2025 2024 Ordenados e salários (4.485) (4.569) Serviços prestados (855) (826) Férias (666) (708) Outras despesas (2.166) (1.225) Assistência médica (685) (531) Encargos sociais - FGTS (436) (436) Manutenção máquinas e outros (228) (237)

Continuação -

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 09/04/2026. ICP Brasil. Acesse a página de Publicações Legais no site do Jornal Data Mercantil, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal

Continuação - Poly-Vac S.A. Indústria e Comércio de Embalagens

24. Cobertura de seguros - Em 31 de dezembro de 2025, a cobertura de seguros para danos materiais é de R\$ 259.926 (R\$ 259.968 em 31 de dezembro de 2024) e para lucros cessantes é de R\$ 49.948 (R\$ 27.405 em 31 de dezembro de 2024) para a Companhia. **25. Partes relacionadas - Remuneração da Administração** - Em 2025 e 2024, a Companhia remunerou por meio de honorários, juros sobre capital próprio e dividendos aos acionistas e o seu pessoal-chave (diretores estatutários da Companhia), no montante de R\$ 14.746 (R\$ 7.434 em 2024).

Honorários à diretoria
Juros sobre o capital próprio
Dividendos Propostos
Dividendos adicionais
Total
Posição a pagar aos acionistas em 2025 e 2024:
2025 2024
5.939 3.842 JSCP pago
29.000 16.100 Saldo Final

2025	2024	Total	34.939	19.942
98	93	Posição a pagar aos acionistas em 2025 e 2024:	2025	2024
8.011	6.938	Saldo inicial	19.942	4.231
6.379	-	- Constituição a pagar de Dividendos	6.636	403
258	403	Dividendos pagos	(6.636)	(403)
14.746	7.434	Dividendos propostos e aprovados na AGO de 2024	12.900	16.100
2025	2024	Constituição de JSCP, líquido de impostos	6.809	5.898
5.939	3.842	JSCP pago	(4.712)	(6.287)
29.000	16.100	Saldo Final	34.939	19.942

Diretoria	
Michela Brígida Aripitol - Diretora Presidente	
Denis Aripitol Borenstein - Diretor	
Sérgio Costa - Diretor Administrativo Financeiro	
Marcos Antônio Lessa Silva - Gerente Financeiro	
Keli Cristina da Silva - CRC 1SP235514/0-6	

Relatório do Auditor Independentes sobre as Demonstrações Contábeis

Aos Administradores e Acionistas da Poly-Vac S.A. Indústria e Comércio de Embalagens São Paulo - SP **Opinião sobre as demonstrações contábeis** - Examinamos as demonstrações contábeis da Poly-Vac S.A. Indústria e Comércio de Embalagens ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião as demonstrações contábeis referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Poly-Vac S.A. Indústria e Comércio de Embalagens em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião sobre as demonstrações contábeis** - Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor** - A

Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis** - A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela administração da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das

demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis** - Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: **Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;** **Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles**

internos da Companhia; **Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;** **Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;** **Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo, 06 de abril de 2026.**
BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.
CRC 2 SP 013846/0-1
Luiz Fernandes Carvalho Tenório
Contador CRC 1 SP 264072/0-9



Publique no Data Mercantil!

A decisão certa em todos os momentos.



Acesse nosso site pelo link abaixo ou apontando a câmera do seu celular no QRcode ao lado.
datamercantil.com.br

☎ **Contato: (11) 3361-8833**

✉ **Orçamentos: comercial@datamercantil.com.br**

DATA MERCANTIL

São Paulo



Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 09/04/2026

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal

